

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA EXECUTIVA



1º TRIMESTRE – 2015

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva

Diretora-Presidente
Elaine de Oliveira Castro

Diretor de Administração
Marcio Lima Medeiros

Diretora de Seguridade
Edmilson Enedino Chagas

Diretor de Investimentos
Ronnie Gonzaga Tavares

Expediente Técnico

Chefe de Gabinete da Presidência	Roberta Ribeiro Coelho
Coordenador de Contabilidade	Sergio Allan Epaminondas Cabral
Coordenador de Arrecadação e de Cadastro	Giovani Alves da Rocha
Coordenador de Administração e Finanças	Reginaldo Rodrigues Magalhães
Coordenador de Tecnologia e Informação	Marcus Quintella
Coordenador de Gestão de Pessoas	André Barbosa Martins
Coordenador de Atuária e de Benefícios	Humberto de Souza Costa Filho
Coordenador de Investimentos e Finanças	Gilberto T. Stanzione

Endereço:

SCLRN 702/703, Bloco B, Térreo, Lojas 40 e 50, Ed. Benvenuto, Asa Norte, Brasília /DF,
CEP: 70.720-620
Tel.: (61) 3217-6598
www.funprespjud.com.br

SUMÁRIO

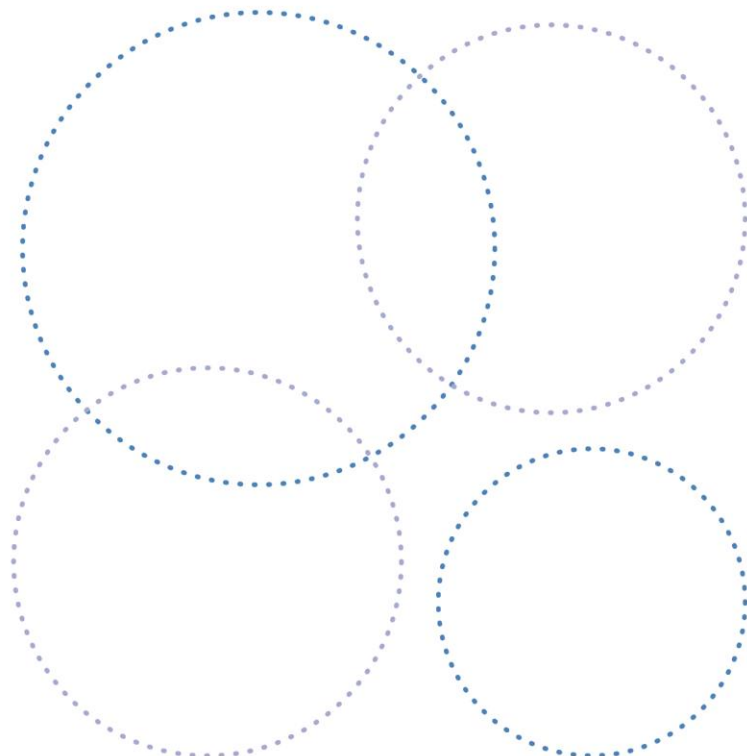
1.	APRESENTAÇÃO.....	4
2.	FUNPRESP-JUD.....	5
3.	PERFIL	7
4.	ESTRUTURAÇÃO	17
5.	OUTRAS ATIVIDADES.....	22
6.	RESULTADO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	28
7.	CONCLUSÃO.....	37

1. APRESENTAÇÃO

Trata-se do Relatório Trimestral de Atividades da Diretoria Executiva referente ao 1º trimestre de 2015. Este relatório é de natureza gerencial e visa prestar contas aos participantes, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e patrocinadores sobre as atividades desenvolvidas, bem como dar transparência aos resultados alcançados.

O Relatório Trimestral possibilita ao Conselho Deliberativo um acompanhamento mais amíúde da Fundação e, com isso, fornece subsídios para eventuais decisões com vistas ao estabelecimento de novas diretrizes e de orientações gerais de organização, operação e administração.

Este relatório visa atender ao disposto no inciso VIII do art. 49 do Estatuto da Funpresp-Jud.



2. FUNPRESP-JUD

A Funpresp-Jud avançou, no 1º trimestre de 2015, no tratamento a ser dado ao aporte a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial, consubstanciado na Lei 12.618, de 2012.

Essa discussão envolveu os patrocinadores, representados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministério Público da União (MPU), por meio de consulta acerca do critério de atualização, do prazo e da natureza contábil da compensação do aporte inicial.

Da manifestação formal dos patrocinadores, ficou acordado que a compensação aos patrocinadores ocorrerá no ano subsequente àquele no qual for atingido o ponto de equilíbrio operacional, ou seja, quando o montante anual de receitas de contribuições destinadas ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) exceder o montante das despesas administrativas no mesmo ano calendário, assim como que o critério para atualização/correção do aporte será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Com intuito de formalizar esse acordo, a Funpresp-Jud propôs ao STF e ao MPU a assinatura de um protocolo de compromisso, visando contratualizar a natureza contábil, o prazo e o critério de atualização/correção do aporte, que se encontra em análise nos patrocinadores.

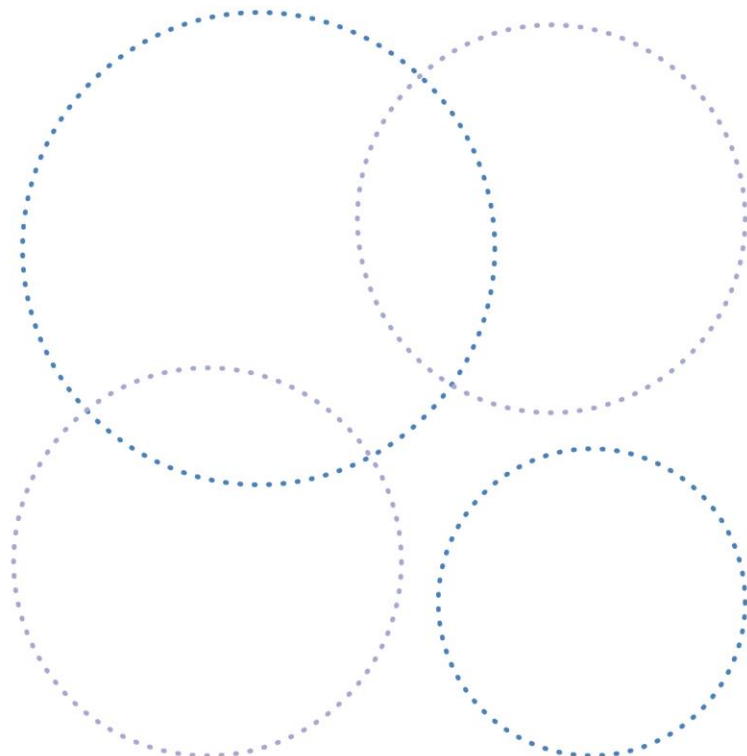
Na seara da capacitação cabe frisar a certificação da Diretora-Presidente e dos Diretores de Investimentos e Administração pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS). A certificação de profissionais dos fundos de pensão é um processo de aferição de conhecimento e/ou habilidades em determinada área com o objetivo de atestar a sua competência no exercício do cargo ou função.

No campo institucional houve uma reunião com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Banco Mundial para tratar do projeto denominado “A Previdência Complementar dos Servidores Públicos (PCSP)”. O projeto prevê a realização de diagnóstico da situação atual Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos surgido com advento da Lei 12.618/2012, com o objetivo de colaborar com o saudável

desenvolvimento do segmento. Para tanto, serão estudados os fundos de pensão de servidores públicos já criados para identificação de boas práticas que servirão de base, juntamente com experiências internacionais, para definição de melhores práticas a serem divulgadas a atuais e potenciais atores do mercado.

No mês de março houve a instalação da Comissão Nacional dos Fundos de Pensão dos Servidores Públicos, no âmbito da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp, da qual participam a Funpresp-Jud, a Funpresp-Exe, a SPPrevcom, o RJPrev, a PrevcomMG e a Preves. A Diretora-Presidente da Funpresp-Jud foi eleita para coordenar a Comissão, que será fórum propício para as discussões dos temas em comum entre as entidades, de modo a promover as boas práticas e propor soluções para os desafios encontrados.

Outro destaque do trimestre foi a mudança de sede para SCLRN 702/703, Bloco B, Térreo, Lojas 40 e 50, Edifício Benvenuto, Asa Norte, Brasília/DF. Além de acomodar confortavelmente toda a equipe, a nova sede dispõe de um espaço agradável para receber nossos participantes, patrocinadores e conselheiros.



3. PERFIL

3.1. Abrangência

A Fundação administra Plano de Benefícios na modalidade contribuição definida, com 98 patrocinadores e 1.783 participantes em março de 2015, sendo 1.754 patrocinados, 29 vinculados e 1 autopatrocinado.

A seguir apresentamos informações estatísticas da massa de participantes. Cabe ressaltar que algumas estatísticas poderão ser modificadas em função do recebimento de fichas de inscrição posteriores à data de extração dos dados cadastrais.

Tabela - Quantidade de participantes ativos em março/15, por sexo e tipo de participante no plano

Ativos	Quantidade	
	M	F
Patrocinado	907	847
Vinculado	25	4
Total por sexo	932	851
Total geral	1.783	

Tabela - Percentual de participantes em março/15, por sexo e tipo de participante no plano

Ativos	Quantidade	
	M	F
Patrocinado	50,87%	47,50%
Vinculado	1,40%	0,23%
Percentual do total geral	52,27%	47,73%

Tabela – Idade média do participante em março/15, por sexo e tipo de participante no plano

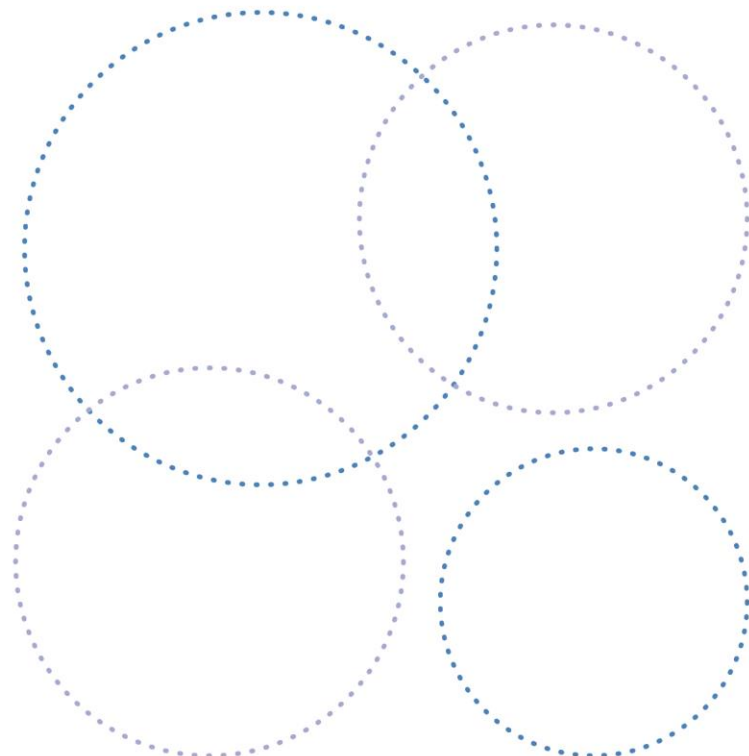
Ativos	Idade média	
	M	F
Patrocinado	32	32
Vinculado	40	39

Tabela - Distribuição dos participantes por patrocinador

PATROCINADOR	QUANTIDADE	%
MPF	282	15,82%
TRT2	133	7,46%
MPT	127	7,12%
MPDFT	102	5,72%
TRT8	84	4,71%
TJDFT	81	4,54%
TRT1	78	4,37%
TST	52	2,92%
STJ	50	2,80%
STF	48	2,69%
TRT10	44	2,47%
TRF3	42	2,36%
CNJ	42	2,36%
SJSP	37	2,08%
TRT9	36	2,02%
TRT12	32	1,79%
TRT15	29	1,63%
TRT16	25	1,40%
TRT18	25	1,40%
SJMG	23	1,29%
TRT3	21	1,18%
SJRJ	21	1,18%
SJPB	20	1,12%
SJRS	19	1,07%
SJCE	19	1,07%
TREMG	19	1,07%
SJPR	17	0,95%
TRT4	15	0,84%
TREAM	15	0,84%
TRT23	14	0,79%
TRF4	13	0,73%

PATROCINADOR	QUANTIDADE	%
SJSC	12	0,67%
SJDF	12	0,67%
TRERJ	11	0,62%
TREPA	11	0,62%
TRF1	11	0,62%
TRT17	9	0,50%
TRF2	9	0,50%
TRESP	9	0,50%
TRERS	8	0,45%
TRERO	7	0,39%
SJBA	7	0,39%
STM	7	0,39%
TRECE	6	0,34%
SJPE	6	0,34%
SJTO	5	0,28%
TSE	5	0,28%
MPM	5	0,28%
SJPA	4	0,22%
CJF	4	0,22%
SJRR	4	0,22%
SJRO	4	0,22%
TREBA	4	0,22%
TRT13	4	0,22%
TRT14	4	0,22%
TREPE	4	0,22%
TRT6	3	0,17%
SJMT	3	0,17%
SJAP	3	0,17%
SJES	3	0,17%
TRT5	3	0,17%
TREPI	3	0,17%
TREES	3	0,17%
TRT24	3	0,17%
TRT19	3	0,17%
TRT11	3	0,17%
TREMS	3	0,17%
SJGO	2	0,11%
TRT21	2	0,11%
TREPR	2	0,11%
CSJT	1	0,06%
TREDF	1	0,06%
TRT22	1	0,06%

PATROCINADOR	QUANTIDADE	%
SJAL	1	0,06%
TRT7	1	0,06%
TRT20	1	0,06%
TREMT	1	0,06%
TOTAL GERAL	1.783	100%



3.2.Despesas Administrativas contabilizadas

As despesas administrativas se referem aos gastos realizados para manutenção da Fundação, como pagamento de pessoal e encargos, treinamentos, viagens, serviços de terceiros, despesas gerais e outros.

No 1º trimestre registramos um valor médio mensal aproximado de R\$ 1,08 milhões, o que representa 65% da despesa média do 4ºtrimestre de 2014. Esse fato foi consequência da provisão de aproximadamente R\$ 2,07 milhões oriundos da correção pelo IPCA do aporte inicial de R\$ 26,15 milhões após resposta a consulta da Funpresp-Jud aos patrocinadores do critério de atualização.

Tabela – Despesas administrativas contabilizadas pela Funpresp-Jud (R\$ 1,00)

Mês de competência	Pessoal	Serviços de Terceiros	Treinamentos	Diárias e Passagens	Atualização Empréstimo	Demais Despesas	Total
Janeiro	500.644	-	1.193	225	350.133	322.666	1.174.861
Fevereiro	503.680	-	4.140	566	348.702	148.862	1.005.950
Março	484.635	71.939	1.654	358	382.003	119.951	1.060.540
Total 1º Trimestre	1.488.959	71.939	6.987	1.149	1.080.838	591.479	3.241.351

Fonte: Balancetes do 1º trimestre/2015 da Funpresp-Jud

3.3. Custeio Administrativo

O custeio administrativo se refere ao volume de recursos destinado pelo Plano de Benefícios para cobertura das despesas administrativas. Na Funpresp-Jud o custeio administrativo é suportado parcialmente pela taxa de carregamento de 7% das contribuições vertidas pelos participantes e patrocinadores, para fazer face às despesas necessárias ao adequado funcionamento de um fundo de pensão.

O montante internalizado no 4º trimestre de R\$ 173.409 (cento e setenta e três mil, quatrocentos e nove reais) superior aproximadamente 74% evidencia um ritmo de crescimento de novas adesões, fruto de ações desenvolvidas para atrair e reter participantes conforme planejamento estratégico da Funpresp-Jud, com atingimento de 1405 participantes no fim de setembro, totalizando 383 novas adesões no 4º trimestre de 2014.

Tabela – Taxa de carregamento x Despesa

Mês de Competência	Arrecadação (R\$1,00) (A)	Fluxo de Investimentos (R\$1,00) (B)	Total de Despesa (R\$1,00) (C)	Nº de Particip. (Un) (D)	Arrecadação per capita (R\$) (E = A/D)	Receita per capita (R\$) (F = (A+B)/D)	Despesa per capita (R\$) (G = C/D)
Janeiro	63.302	255.451	1.174.861	1.595	39,69	199,85	736,59
Fevereiro	76.132	203.029	1.005.950	1.761	43,23	158,52	571,24
Março	85.657	234.709	1.060.540	1.783	48,040	179,68	594,81
Média Trimestral	75.030	231.063	1.080.450	1.783	42,08	171,67	605,97

Fonte: Balancetes do 1º trimestre/2015 da Funpresp-Jud e Diség

Indicadores de Gestão do PGA

A mensuração dos indicadores de gestão propiciam identificar e confrontar o valor per capita da arrecadação, receita e despesa, sinalizando a distância do ponto de equilíbrio que separa a capacidade de arrecadação e receita para fazer face a despesa administrativa para o funcionamento da fundação:

- a) **Arrecadação média por participante (ARP):** Apura a contribuição média por participante, ou seja, qual o valor médio cobrado de cada participante e/ou patrocinador (**taxa de carregamento**) para administrar o plano.

Arrecadação média por Participante = Taxa de carregamento média no período

Nº de participantes do fim do período de apuração

ARP = R\$ 42,08

- b) **Receita média por participante (ARP):** Apura o somatório da contribuição média por participante, ou seja, qual o valor médio cobrado de cada participante e/ou patrocinador (**taxa de carregamento**) com o fluxo de investimentos.

Receita média por Participante = Taxa de carregam. média + Fluxo médio investimento

Nº de participantes do fim do período de apuração

RPC = R\$ 171,67

- c) **Despesas Per Capita (DPC):** Valor do total de despesas administrativas (consolidação das despesas da gestão administrativa, correspondendo à soma das despesas da gestão previdencial, investimentos e demais despesas) em relação ao número apurado de participantes no fim do período.

Despesa Média Per Capita = Despesa mensal média no período

Nº de participantes do fim do período de apuração

DPC = R\$ 605,97

3.4. Execução Orçamentária

O orçamento é o instrumento utilizado pelo Conselho Deliberativo para definir como os recursos arrecadados por meio das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios serão aplicados em projetos e ações, visando o melhor atendimento das necessidades e demandas da Fundação. Passamos a seguir a execução orçamentária acumulada de janeiro a março de 2015:

Tabela – Comparativo de despesas do 4º trim/2014 e 1º trim/2015 (R\$)

DESPESA	Despesa Executada 4º Trim/2014 (A)	Despesa Executada 1º Trim/2015 (B)	Varição (%) (C) = ((B/A) - 1)*100
Pessoal e Encargos	2.447.850	1.050.330	(57,09)
Custeio	524.918	245.290	(53,27)
Investimento no Trimestre	0	61.885	-
Subtotal de Despesas	2.972.768	1.357.505	(54,34)

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária – Rcon 03/2015.

A variação observada na execução orçamentária do 1º trimestre de 2015 em relação ao 4º trimestre é devida o fato do pequeno percentual de execução das seguintes despesas:

- i. ressarcimento de servidores cedidos;
- ii. ressarcimento de serviços de terceiros prestados pelo Banco do Brasil; e
- iii. ressarcimento de serviços de terceiros disponibilizados pelo STF.

No 1º trimestre de 2015, houve redução de 1 colaborador na equipe da Dirad, mas a partir de março a Funpresp-Jud passou a contar com sede própria e internalizou novos custos relacionados ao aluguel e à manutenção.

3.5. Contratos e Licitações

No dia 06 de fevereiro foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o Edital de Credenciamento n.º 01/2015, que teve como objeto à contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de empresa especializada de auditoria interna, externa e consultoria contábil para entidades fechadas de previdência complementar (EFPC).

Já foram credenciadas as empresas KPMG Auditores Independentes, BDO Auditores Independentes S.S, Pasqualetto Rosa e Prattes, PRP Soluções Contábeis Ltda-ME e a empresa Consultorys Consultoria Ltda. A KPMG foi a empresa sorteada para realizar os serviços de Auditoria Contábil do Exercício de 2014, em conformidade com o que dispõe a Resolução do Conselho Deliberativo n.º 01/2015, de 16 de janeiro de 2015.

No âmbito das contratações foram celebrados seguintes contratos, objetivando o suporte técnico a administrativo as diversas áreas da Fundação:

Tabela – Contratos do 1º trimestre

Processo	Empresa	Objeto	Valor	Modalidade
00.066/14	Trust Solutions	Licença de uso de Software de Gestão Previdenciária	R\$ 759.000,00	Pregão
00.020/15	KPMG Auditores Independentes	Auditoria Contábil Exercício 2014	R\$ 49.560,00	Credenciamento
00.036/15	Pasqualetto Rosa e Prattes, PRP Soluções Contábeis Ltda-ME	Consultoria Contábil	R\$ 7.980,00	Credenciamento
00.001/15	Stag Central de Estágios Ltda	Concessão de Estagiários	R\$ 45,00 ⁽¹⁾	Dispensa
00.018/15	VS Segurança	Sistema de Segurança Eletrônica da Nova Sede	R\$ 163,81	Dispensa
00.072/14	ECT	Postagens dos Documentos Institucionais da Fundação	Tabela ECT	Dispensa
00.007/14	Ticket Serviços S.A	Fornecimento de Ticket Alimentação e Refeição	R\$ 715,50 ⁽²⁾ R\$ 472,50 ⁽³⁾	Dispensa
00.010/15	GVT	Contratação de Link de Internet para a nova Sede da Fundação	R\$ 2.517,60	Dispensa

Fonte: Coafi/Dirad

- (1) Valor da taxa de administração por aluno
- (2) Valor anual para Ticket Alimentação
- (3) Valor anual para Ticket Refeição

3.6. Aquisições

De forma a subsidiar as atividades operacionais, bem com a logística de funcionamento da fundação foram realizadas diversas aquisições de bens e serviços. Abaixo quadro sintético das aquisições.

Tabela – Comparativo de despesas do 3º e 4º trimestres (R\$)

Processo	Empresa	Objeto	Valor	Modalidade
00.050/14	Port Distribuidora Informática	Aquisição de 26 (vinte) tonners Laser Jet Original (preto)	R\$ 7.581,60	Dispensa
00.007/15	Schneider Eletric It Brasil Com. Equip	Aquisição de 2 (dois) No Breaks de 10KVA para a Nova Sede da Fundação	R\$ 16.400,00	Ata de registro de preços
00.013/15	Tokio Marine	Seguro contra Incêndio para a Nova Sede da Fundação	R\$ 2.271,50	Dispensa
00.017/15	Fashion Signs Comunicação Visual	Confecção de 01 Placa para a Nova Sede da Fundação	R\$ 7.900,00	Dispensa
00.038/15	Unilimp Distribuidora de Produtos de Limpeza	Aquisição de diversos produtos de limpeza e conversação para a Nova Sede da Fundação	R\$ 7.863,00	Dispensa
00.039/14	Link Data Informática	Aquisição de 500 (quinhentas) placas de patrimônio	R\$ 500,00	Dispensa
00.035/15	CEI Norte Artigos de Decoração Ltda - EPP	Aquisição de Plantas Ornamentais para a Nova Sede da Fundação	R\$ 1.763,50	Dispensa
00.035/15	Silvana Maria de Oliveira Decorações - ME	Aquisição de Plantas Ornamentais para a Nova Sede da Fundação	R\$ 2.236,00	Dispensa
00.078/14	Caixa Econômica Federal	Elaboração de Laudo de Avaliação de Aluguel para a Nova Sede da Fundação	R\$ 5.459,15	Inexigibilidade

Fonte: Coafi/Dirad

4. ESTRUTURAÇÃO

4.1. Contabilidade

O 1º trimestre de 2015 foi marcado pelo encerramento do Exercício de 2014 como também as alterações de critério de contabilização do Aporte/Empréstimo Patrocinador e das Despesas Administrativas, sendo necessários esforços em diversas frentes de trabalho direcionadas na adequação dos demonstrativos contábeis.

Dentre as principais atividades salientamos:

- acompanhamento da contratação da auditoria externa pela Coafi;
- importação do movimento contábil do ano de 2014 do sistema BBPrev para o sistema Trust;
- adequação do sistema Trust para a contabilização dos novos critérios de contabilidade;
- encerramento do Exercício de 2014 no sistema Trust;
- alteração do critério de contabilização das despesas administrativas;
- definição, com auxílio da consultoria PRP Serviços Contábeis, da natureza dos valores depositados pelos patrocinadores quando da criação da Funpresp-Jud e da nova forma de contabilização das despesas;
- encerramento e reprocessamento dos meses de janeiro e fevereiro simultaneamente nos sistemas BBPrev e Trust;
- encerramento do movimento contábil do mês de março, no sistema BBPrev;
- retificação dos demonstrativos contábeis junto à PREVIC para contemplar os novos critérios contábeis;
- acompanhamento e reporte para com a Auditoria Externa realizada pela KPMG;
- melhoria dos relatórios mensais entregues ao Conselho Fiscal, visando tornar a informação contábil mais clara e didática; e
- módulo Contábil do sistema TRUST em produção.

Além das atividades já relatadas, ressaltamos que a Coordenadoria de Contabilidade atende a todas as Obrigações tributárias acompanhando a situação Fiscal e cadastral da Fundação citando ainda o suporte aos clientes internos nas áreas contábil e tributária.

Citamos como exemplo o passo a passo que foi criado para auxiliar os participantes da Funpresp-Jud no preenchimento da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física das informações pertinentes à previdência complementar, ressaltando o compromisso da Coordenadoria de Contabilidade em atender da melhor forma a razão de ser da Fundação, o participante.

4.2. Tecnologia e Informação

Durante o 1º trimestre de 2015, houve a mudança de sede da Fundação, além do início da implantação da solução de gestão previdenciária. Também houve o desenvolvimento e entrega do Sistema de Eleições e do Portal do Participante da Funpresp-Jud.

Foram destaque as seguintes ações:

- **Processo Licitatório para Aquisição de Nobreaks**

Foi conduzido processo licitatório para aquisição de nobreaks, em parceria com a Coafi.

Os nobreaks foram adquiridos a partir de ata mapeada pela Cotec, com preço bastante abaixo do praticado no mercado, possibilitando uma economia direta de pelo menos 30%.

A Coafi negociou com o órgão detentor da ata e com fornecedor, conseguindo executar a compra com agilidade e eficácia.

- **Mudança de sede da Fundação**

A Fundação mudou de sede neste primeiro trimestre de 2015, exigindo uma série de ações por parte da Cotec, que preparou instalações lógicas e elétricas, configurou novos equipamentos, duplicou configurações, desmontou e remontou diversas estruturas complexas e ativou novo link e novos serviços, em um trabalho que exigiu dedicação total da equipe à tarefa. Todas as tarefas de configuração e ampliação de capacidade foram realizadas pela equipe da Cotec, gerando economia de recursos para a Fundação.

- **Contratação e instalação de novo link de acesso à Internet**

Em função dos links existentes insuficientes, houve a contratação de novo link internet, instalado na mudança de sede, aumentando a capacidade do acesso à internet da Fundação em pelo menos 8 vezes. Com isso, o acesso ao e-mail melhorou, bem como a qualidade das ligações telefônicas, permitindo inclusive a instalação de novos ramais.

Ainda há a necessidade de instalação da Infovia, a qual deverá ocorrer no segundo trimestre de 2015.

- **Sistema de e-mail**

O processo de migração dos e-mails da Locaweb para o STF ocorreu de forma tranquila, sendo que todas as caixas postais da Fundação já estão no novo sistema, proporcionando maior flexibilidade e possibilidade de uso da agenda corporativa do Exchange.

- **PDTI**

Foi criado grupo de trabalho para elaboração do PDTI, o qual deverá ser entregue ainda no segundo trimestre de 2015.

- **Implantação do Processo Eletrônico**

Foram iniciadas as tratativas com o TRF4 para a implantação do SEI, sistema já utilizado em diversas patrocinadoras e em implantação no executivo federal, no STF, na PGR, no STJ e no CNJ. A implantação deve ocorrer ainda no segundo trimestre de 2015.

- **Intranet**

Foi iniciada a construção da intranet da Fundação, com a disponibilização dos contracheques e das DIRFs de colaboradores, dirigentes e conselheiros via web.

- **Portal do Participante**

Foi entregue o sistema do Portal do Participante, o qual fornece extrato das contribuições, certificados, demonstrativo de contribuições e demais documentos necessários ao atendimento das exigências legais da fundação. O projeto foi executado em tempo curtíssimo, com grande sucesso, evitando problemas com a fiscalização e economizando, em virtude de ter sido desenvolvido internamente.

- **Sistema de Eleições**

Foi desenvolvido e entregue o Sistema de Eleições da Funpresp-Jud, o qual foi utilizado nas eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, além das candidaturas individuais para o Comitê de assessoramento Técnico.

O sistema teve como base o código fornecido pelo TRF1, que foi revisado e ampliado para uso na Fundação, gerando grande economia em face da dispensa de contratação de empresa externa para conduzir o processo eleitoral, como costuma em outras Fundações.

- **Indicadores:**

Chamados do Helpdesk no trimestre: **123 chamados.**

Chamados do Site no trimestre: **34 chamados.**

Tempo médio de atendimento de chamados do Helpdesk: **2,5 dias.**

Tempo médio de atendimento de chamados para publicação no Site: **1,3 dias.**

Quantidade de dados armazenados: **57 gigabytes.**

Capacidade de armazenamento disponível: **10 terabytes.**

Servidores físicos em operação: **6 máquinas.**

Servidores virtuais em operação: **8 máquinas em 2 servidores físicos.**

Quantidade de link Internet disponível: **39 megabits, em dois links distintos.**

4.3.Gestão de Pessoas

No 1º trimestre, podemos citar as seguintes ações em destaque:

- rescisão contratual – Márcia dos Anjos da Silva, em janeiro de 2015;
- no mês de março foi iniciado o pagamento do auxílio alimentação utilizando os serviços da empresa Ticket, por meio de cartões alimentação/refeição;
- elaboração e envio da RAIS;
- elaboração e envio da DIRF para a Receita e disponibilização para todos os EC's e Conselheiros;
- recolhimento do Imposto Sindical Obrigatório na folha de pagamento de março;
- início do Processo seletivo – 6 (seis) cargos, fazendo a análise curricular no mês de março;

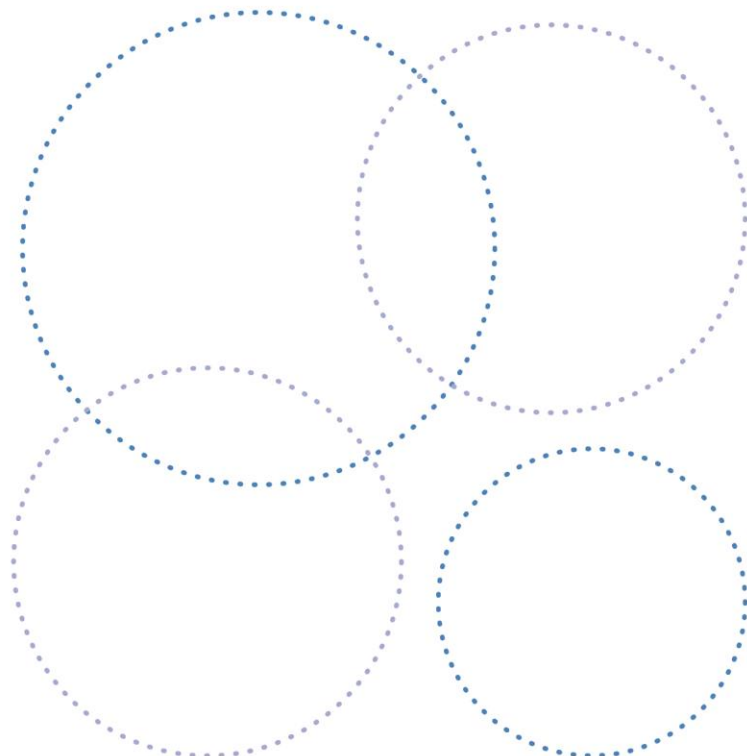
- alteração no termo de referência para a contratação de terceirização da folha de pagamento;
- contratação da Stag para a contratação de estagiários;
- análise e contribuição junto a ASJUR para a confecção do parecer das Horas Extras;
- análise e contribuição junto a ASJUR para a confecção do parecer de férias;
- elaboração de minuta para o acordo coletivo.

Capacitação

- elaboração de minuta das Diretrizes para a capacitação 2015;
- 98 horas de capacitação, abrangendo a participação em seminários, encontros e certificação do ICSS.

Essa capacitação representa no trimestre:

- 3 eventos de capacitação realizados;
- 5 empregados em comissão beneficiados (21%); e
- 4 conselheiros beneficiados (20%).



5. OUTRAS ATIVIDADES

Ao longo do 4º trimestre de 2014, a Diretoria Executiva se dedicou a diversas atividades. As tabelas a seguir apresentam as principais ações e deliberações, bem como o volume de informações prestadas:

5.1. Proposições aprovadas pelo Conselho Deliberativo

Descrição	Data da aprovação
Resolução que dispõe sobre a instituição do sistema de credenciamento, no âmbito da Funpresp-Jud	26/01/2015
Resolução que dispõe sobre a designação dos substitutos eventuais dos membros da Diretoria Executiva da Funpresp-Jud	05/02/2015
Resolução que insere cláusula para tratar dos casos excepcionais no sistema de credenciamento	30/03/2015

5.2. Palestras e reuniões

Descrição	Data de realização
Visita da Forluz para conhecer nosso planejamento estratégico e os indicadores de gestão	20/01/2015
Reunião com, o Sr. Menezes, Secretário de Tecnologia e Informação em exercício no TRE/DF	21/01/2015
Oficina de Mapeamento de Processos (Macroprocesso Contabilidade) ministrada pelo Escritório de Processos do Ministério Público Federal (MPF)	27 e 29/01/2015
Reunião da Comissão Técnica Regional Centro-Norte de Assuntos Jurídico	30/01/2015
Implantação TrustPrev	02/02/2015
Workshops a serem ministrados pela Hay Group com acompanhamento da Comissão Técnica Nacional de Recursos Humanos	04/02/2015
Visita de Benchmarking na Quanta Previdência Uniced	12/02/2015
Reunião com a Funcef sobre Programa de Educação Financeira e Previdenciária	13/02/2015

Descrição	Data de realização
Seminário de Contabilidade para Dirigentes e Conselheiros na Fundação SISTEL	25/02/2015
Palestra ambientação no TJDFT	26/02/2015
Reunião com a PREVIC e o Banco Mundial	02/03/2015
Reunião Comissão Técnica da Abrapp sobre Fundos de Pensão de Servidores Públicos	03/03/2015
Reunião com Caixa Econômica Federal	03/03/2015
Reunião com Banco do Brasil	03/03/2015
Reunião de apresentação de funcionalidade do SEI na PGR	03/03/2015
Ambientação no STF	04/03/2015
Reunião da Comissão Técnica Regional Centro-Norte de Assuntos Jurídicos	06/03/2015
Ambientação para novos servidores no TRT 15 – Campinas/SP	06/03/2015
Reunião da Comissão Técnica Regional Centro-Norte de Comunicação e Marketing	06/03/2015
Palestra no TRT da 2º Região - São Paulo/SP	09/03/2015
Cerimônia de abertura 2ª Semana Nacional de Educação Financeira -Local: SEBRAE	09/03/2015
Lançamento do evento de educação financeira e previdenciária da Funpresp-Exe	11/03/2015
Jornada de Educação Financeira da Mais Ativos e SICOOB na SICOOB	12/03/2015
Palestra com foco nos procedimentos operacionais - Local: SAS. Qd. 2 Lt "G" Anexo - NUCRE	12/03/2015
2ª Reunião da Comissão Técnica Ad Hoc de Despesas Administrativas	18/03/2015
Ambientação dos Novos servidores no Superior Tribunal de Justiça	26/03/2015

5.3. Prestação de informações

Na área de Relacionamento com o Participante, durante o primeiro trimestre de 2015, houve um incremento de aproximadamente 40% na demanda dos canais de atendimento eletrônico (e-mail), telefônico e presencial, em relação ao último trimestre de 2014. Considerando o indicador de tempo de atendimento e comparando com o último trimestre de 2014, a área de Relacionamento com o Participante reduziu o tempo de retorno das demandas recebidas de 71h para 39h, ou seja, uma melhora no tempo de atendimento de 45%.

1) Mensagens encaminhadas ao Serviço de Atendimento ao Participante – SAP e telefonemas recebidos (janeiro a março - segregado por mês):

Quadro – Quantitativo de atendimento e-mail e telefone

Mês	Telefone	E-mail	Total
Janeiro	54	80	134
Fevereiro	42	60	102
Março	113	169	282
Total	209	309	518

2) atendimentos personalizados:

No período foram efetuados 16 (dezesseis) atendimentos personalizados, sendo que os principais temas tratados foram:

- pedido de senha para acesso ao sistema
- informações diversas para adesão como participante patrocinado;
- informações diversas para adesão como participante vinculado;
- regime de Tributação;
- elaboração de simulações; e
- auxílio na interpretação dos dados decorrentes das simulações.

3) Elaboração de novas apresentações:

Dando continuidade a ação de divulgar e promover a Funpresp-Jud e o plano de benefícios para o público alvo, foram realizadas no período pelo Diretor de Seguridade 08 (oito) apresentações para um público estimado de 440 (quatrocentos e quarenta) membros e servidores dos órgãos patrocinadores, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro – Apresentações realizadas no trimestre

Mês	Telefone	E-mail	Total
04/02/2015	Ambientação	TJDFT	23
27/02/2015	Apresentação	PRT 10 ^a	28
27/02/2015	Ambientação	PGR	25
04/03/2015	Ambientação	STF	28
06/03/2015	Apresentação	TRT 15 ^a	60
06/03/2015	Ambientação	MPDFT	26
09/03/2015	Apresentação	TRT 2 ^a	170
26/03/2015	Apresentação	STJ	80

5.4. Arrecadação e Cadastro

A Coordenação de Arrecadação e Cadastro (COARC) no trimestre janeiro a março de 2015 trabalhou nas seguintes frentes:

1) Cadastro dos Participantes

Atividade rotineira do setor, o cadastro da Funpresp-Jud registrou até o final do trimestre 1.811 participantes.

Ramo	Total	%
Justiça Trabalhista	648	35,78%
MPU	516	28,49%
Justiça Federal	356	19,66%
Justiça Eleitoral	113	6,24%
STF - CNJ	90	4,97%
TJDFT	81	4,47%
Justiça Militar	7	0,39%
Total Geral	1.811	100%

Destaca-se os dados acima foram posicionados em 24/3/2015, tendo em vista que toda a base de participantes foi migrada do sistema previdenciário do Banco do Brasil para o sistema da Trust Solutions, encontrando-se os dados lançados em fase validação.

2) Contribuições

As contribuições realizadas até o mês de março/2015 atingiram um total superior a 9 milhões de reais. A Coordenação está em processo de conciliação dos valores repassados pelos patrocinadores, para que se possa gerar os extratos dos participantes. A expectativa é de disponibilizarmos os extratos com posição de março/2015 até o final de maio/2015.

3) Manual do patrocinador

Com o objetivo de auxiliar os patrocinadores e definir procedimentos que facilitem a comunicação entre a Funpresp-Jud e as seções de gestão de pessoas e pagamento, a Coordenação de Cadastro e Arrecadação desenvolveu o Manual do Patrocinador. O documento foi apresentado no II Evento de Gestão de Pessoas dos Patrocinadores, no dia 29 de setembro, em Brasília, tendo sido considerado muito bom.

O Manual foi disponibilizado ao STF e ao MPU para que, na condição de patrocinadores, esses órgãos possam encaminhar aos gestores de pessoas, com vistas a normatizar os procedimentos operacionais e viabilizar a rotina dos arquivos de cadastro e arrecadação.

5.5. Atuária e Benefícios

A Coordenação de Atuária e Benefícios (COABE), pautada nos princípios e orientações elencados no Guia Previc de Melhores Práticas Atuariais para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, realizou diversas atividades de aspecto atuarial e de seguridade, as quais se encontram elencadas a seguir:

- elaboração do Relatório da Avaliação Atuarial de 2014, com o Plano de Custeio e Parecer Atuarial;
- teste de aderência das hipóteses atuariais;
- fluxo dos benefícios e contribuições para apuração da *duration* do plano;
- preenchimento do Demonstrativos Atuarial no Portal de Sistema da Previc;
- exposição dos resultados da Avaliação Atuarial de 2014 aos Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- elaboração do Relatório de Controles Internos do 2º semestre/2014;
- atendimento legal à Instrução MPS/SPC nº 24 de 05.06.2008, que estabelece o envio dos dados estatísticos de população e de benefícios (2º semestre/2014);
- apoio à Coordenadoria de Arrecadação e Cadastro na inclusão das fichas de inscrição no sistema previdenciário;
- resgate de contribuições;
- envio de dados para a auditoria contábil da KPMG.

Atividades em andamento:

- parametrização do sistema previdenciário da *Trust Solutions*;
- cadastramento de fichas de inscrição;
- elaboração do simulador para participantes vinculados.

6. RESULTADO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O primeiro trimestre de 2015, assim como os períodos anteriores, foi novamente marcado por excessiva volatilidade nos mercados financeiros domésticos. Após um início de ano bastante favorável aos ativos de renda fixa, com expressiva queda nas taxas de juros dos títulos (tanto em taxas nominais quanto reais), verificou-se forte instabilidade política em decorrência da contínua perda de popularidade da Presidente da República, bem como do enfraquecimento do governo dentro do Congresso Nacional. Essa instabilidade colaborou para a reversão do otimismo inicial, com elevação das taxas de juros pagas pelos títulos de renda fixa, que também sofreram grande influência da forte depreciação do Real (BRL) ante o Dólar Norte-Americano (USD) a partir do final de janeiro.

A valorização da moeda norte-americana é um fenômeno mundial, decorrente da perspectiva de aumento nas taxas de juros dos EUA, mas a perda de valor do Real foi mais acentuada do que a verificada na maioria das moedas de países emergentes. Além da deterioração do cenário político, e do aumento da incerteza no cenário econômico, foi fator fundamental a mudança da postura do governo, que passou a defender mais fortemente a redução da intervenção no mercado cambial.

Deve-se destacar, adicionalmente, a aceleração da inflação no trimestre em questão. Este fenômeno, além da sazonalidade normal do início do ano, ocorreu também em função da correção dos preços administrados que por muito tempo estiveram represados, com destaque para a energia elétrica. Houve, ainda, elevação na alíquota de uma série de impostos, com destaque para a CIDE (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico), que incide sobre combustíveis. A inflação deste primeiro trimestre, medida pelo IPCA, alcançou o nível de 3,83%, sendo que a inflação registrada em março por este índice (1,32%) foi a maior para o mês nos últimos 20 anos. Para efeito de comparação, a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para todo o ano é de 4,5%, com limite máximo de 6,5%.

Com relação ao cenário externo, destaque para o início do programa de relaxamento monetário na Zona do Euro, que ajudou na elevação dos níveis de emprego e crescimento da região nos últimos meses, e a indefinição acerca do momento em que as taxas de juros norte-americanas serão elevadas. Em que pese a sensível melhora nos indicadores de crescimento e do mercado de trabalho norte-americano no último ano, a inflação local permanece em patamares considerados baixos pelas autoridades do Banco Central Norte-Americano (FED), sendo que parte dos integrantes do Comitê de Política Monetária da instituição encontra-se propensa a postergar uma alta de juros para o segundo semestre deste ano ou mesmo para 2016, elevação esta que é considerada inevitável pelos analistas de mercado.

Destaque também para as negociações da Grécia com os demais membros da Zona do Euro em torno da continuidade do programa de ajuda financeira ao país. Porém, até o final do trimestre, ainda não havia acordo sobre as reformas que os gregos teriam que adotar para continuar recebendo o pacote de ajuda do bloco, preservando a ameaça de um eventual desligamento da Grécia da União Europeia, o que pode ser um evento de impacto significativo no preço dos ativos financeiros em nível mundial.

Em função da elevada volatilidade verificada ao longo do trimestre, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios (PB) sofreu poucas modificações no que se refere às aplicações atreladas ao IMA-B5, que se manteve como a mais representativa ao longo do período, oscilando sua participação entre 46% e 56% do total. A escolha deste tipo de ativo para a alocação majoritária dos recursos está intimamente relacionada à maior inflação no período. Já aplicações atreladas ao IRF-M1 variaram entre 7% e 53% e aquelas indexadas ao CDI entre 0% e 43%.

Já a alocação dos recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) sofreu alteração logo no início de 2015 para se adequar ao novo benchmark. Assim, foram iniciadas as aplicações em IMA-B5 (15% da carteira) e transferidas às aplicações atreladas ao IRF-M1 para o CDI.

6.1. Resultados dos Investimentos

6.1.1. Saldos Financeiros

SALDOS CONTA CORRENTE + APLICAÇÕES FINANCEIRAS							
em R\$ mil							
DATA	Banco do Brasil			CAIXA			TOTAL
	CC	FI	Subtotal	CC	FI	Subtotal	
31/dez/2013	2,36	12.865,99	12.868,35	-	13.259,33	13.259,33	26.127,68
31/dez/2014	32,74	13.462,03	13.494,76	-	15.277,72	15.277,72	28.772,48
31/jan/2015	18,71	14.327,39	14.346,10	-	15.437,81	15.437,81	29.783,91
28/fev/2015	-	15.205,86	15.205,86	-	15.567,36	15.567,36	30.773,22
31/mar/2015	-	16.262,44	16.262,44	-	15.725,73	15.725,73	31.988,17

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

SALDOS SEGREGADOS POR PLANOS

em R\$ mil

DATA	PGA					PB					TOTAL
	CC	FI DI/RF	FI IRF-M1	FI IMA-B5	Subtotal	CC	FI DI/RF	FI IRF-M1	FI IMA-B5	Subtotal	
31/dez/2013	-	26.103,99	-	-	26.103,99	2,36	21,33	-	-	23,69	26.127,68
31/dez/2014	-	3.721,69	19.530,97	-	23.252,66	32,74	11,36	2.947,99	2.527,74	5.519,83	28.772,48
31/jan/2015	-	19.252,63	350,02	3.554,90	23.157,54	18,71	2.503,95	481,92	3.621,79	6.626,37	29.783,91
28/fev/2015	-	19.170,09	189,80	3.595,75	22.955,64	-	937,06	3.074,74	3.805,77	7.817,58	30.773,22
31/mar/2015	-	19.187,47	157,33	3.482,19	22.827,00	-	942,26	3.167,45	5.051,47	9.161,17	31.988,17

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

6.1.2. Rentabilidade

a) Rentabilidade Nominal

	PB			PGA		
	Bruta	Custo *	Líquida	Bruta	Custo *	Líquida
Jan/15	1,524%	0,018%	1,506%	1,119%	0,017%	1,102%
Fev/15	0,985%	0,015%	0,970%	0,893%	0,014%	0,878%
Mar/15	0,957%	0,019%	0,938%	1,043%	0,018%	1,026%
2015	3,51%	0,05%	3,45%	3,09%	0,05%	3,04%

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

* Custo dos investimentos (taxa de administração)

	PB		PGA	
	% CDI	% Bmk	% CDI	% Bmk
Jan/15	161,65%	92,03%	118,49%	101,97%
Fev/15	118,43%	62,31%	107,29%	101,57%
Mar/15	90,60%	54,23%	98,99%	100,77%
2015	122,50%	69,33%	107,94%	101,44%

Fonte: CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa, IBGE

	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
Jan/15	0,929%	1,638%	1,081%
Fev/15	0,819%	1,561%	0,865%
Mar/15	1,036%	1,737%	1,018%
2015	2,81%	5,02%	2,99%

Fonte: CETIP, Anbima, IBGE

Observações:

- a) Bmk PB: índice de referência (benchmark) do Plano de Benefícios = IPCA + 5% ao ano
b) Bmk PGA: índice de referência (benchmark) do Plano de Gestão Administrativa = 85% CDI + 15% IMA-B5
c) Sobre os índices de referência indicados devem ser deduzidos os custos (taxa de administração)

	RENDA FIXA				Renda Variável	
	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IBrX-50	IDIV
Jan/15	1,069%	2,187%	2,054%	3,711%	-5,446%	-11,179%
Fev/15	0,740%	0,037%	1,221%	0,171%	9,808%	10,165%
Mar/15	0,934%	-0,569%	1,029%	-1,021%	-0,876%	-4,138%
2015	2,77%	1,64%	4,36%	2,83%	2,92%	-6,20%

Fonte: Anbima, BM&FBovespa

b) Rentabilidade Real

	IPCA
Jan/15	1,24%
Fev/15	1,22%
Mar/15	1,32%
2015	3,83%

Fonte: IBGE

	PB	PGA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
Jan/15	0,263%	-0,136%	-0,307%	0,393%	-0,157%
Fev/15	-0,247%	-0,337%	-0,397%	0,337%	-0,351%
Mar/15	-0,377%	-0,291%	-0,280%	0,411%	-0,298%
2015	-0,36%	-0,76%	-0,98%	1,15%	-0,80%

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

Observações:

- a) Bmk PB: índice de referência (benchmark) do Plano de Benefícios = IPCA + 5% ao ano
b) Bmk PGA: índice de referência (benchmark) do Plano de Gestão Administrativa = 85% CDI + 15% IMA-B5
c) Sobre os índices de referência indicados devem ser deduzidos os custos (taxa de administração)

	RENDA FIXA				Renda Variável	
	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IBrX-50	IDIV
Jan/15	-0,169%	0,936%	0,804%	2,441%	-6,604%	-12,267%
Fev/15	-0,474%	-1,168%	0,001%	-1,036%	8,484%	8,838%
Mar/15	-0,381%	-1,864%	-0,287%	-2,310%	-2,167%	-5,387%
2015	-1,02%	-2,10%	0,52%	-0,96%	-0,88%	-9,66%

Fonte: Anbima, BM&FBovespa

6.1.3. Medidas de Risco de Mercado

a) Volatilidade¹

	PB	PGA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
Jan/15	0,29%	0,09%	0,00%	0,00%	0,08%
Fev/15	0,40%	0,11%	0,00%	0,00%	0,11%
Mar/15	0,28%	0,07%	0,00%	0,00%	0,07%
2015	0,56%	0,16%	0,01%	0,03%	0,15%

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

	RENDA FIXA				Renda Variável	
	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IBrX-50	IDIV
Jan/15	0,10%	1,12%	0,53%	2,62%	7,59%	8,10%
Fev/15	0,13%	1,47%	0,73%	2,97%	5,07%	6,20%
Mar/15	0,17%	1,89%	0,45%	3,45%	6,80%	7,79%
2015	0,24%	2,63%	1,00%	5,22%	11,47%	13,09%

Fonte: Anbima, BM&FBovespa

b) Índice de Sharpe²

b.1) Índice de Sharpe

	PB	PGA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
Jan/15	1,99	2,01	---	n/d	1,93
Fev/15	0,38	0,53	---	n/d	0,42
Mar/15	-0,35	-0,14	---	n/d	-0,27
2015	1,14	1,43	---	n/d	1,23

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

¹ “Representa o grau médio de variação dos retornos de um determinado investimento”. (Política de Investimentos 2015)

² “O Índice de Sharpe é aquele que tem por objetivo ajustar o retorno do ativo pelo seu risco. Assim, quanto maior o retorno do ativo e menor o risco do investimento, melhor será o índice calculado. Deverá ser adotado, prioritariamente, o Índice de Sharpe Modificado, adotando-se o retorno do *benchmark* como parâmetro ao invés do retorno do ativo livre de risco”. (Política de Investimentos 2015)

	RENDA FIXA				Renda Variável	
	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IBrX-50	IDIV
Jan/15	1,39	1,13	2,12	1,06	-0,84	-1,49
Fev/15	-0,59	-0,53	0,55	-0,22	1,77	1,51
Mar/15	-0,59	-0,85	-0,01	-0,60	-0,28	-0,66
2015	-0,18	-0,44	1,55	0,00	0,01	-0,69

Fonte: Anbima, BM&FBovespa

b.2) Índice de Sharpe Modificado Generalizado

	PB	PGA
Jan/15	-0,45	2,70
Fev/15	-1,49	4,42
Mar/15	-2,88	1,45
2015	-2,94	4,91

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

c) Divergência Não Planejada³

c.1) Plano de Benefícios – PB

	Rentabilidade Nominal Líquida		DNP Mensal (PB - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PB	Benchmark		
Jan/15	1,506%	1,638%	-0,131%	0,115%
Fev/15	0,970%	1,561%	-0,591%	0,196%
Mar/15	0,938%	1,737%	-0,798%	0,284%
2015	3,453%	5,017%	-1,565%	---

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

c.2) Plano de Gestão Administrativa – PGA

	Rentabilidade Nominal Líquida		DNP Mensal (Plano - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PGA	Benchmark		
Jan/15	1,102%	1,081%	0,021%	0,013%
Fev/15	0,878%	0,865%	0,014%	0,014%
Mar/15	1,026%	1,018%	0,008%	0,012%
2015	3,036%	2,992%	0,044%	---

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

³ Medida de controle da divergência entre o resultado efetivo de uma carteira e o valor projetado para essa mesma carteira. A Divergência Não Planejada (DNP) também é conhecida como *Tracking Error*.

d) Valor em Risco (V@R)⁴ e Teste de Estresse (Stress Testing)⁵

d.1) Plano de Benefícios – PB

	V@R	Teste de Estresse	Carteira
Jan/15	-0,06%	-0,30%	55% IMA-B5 + 7% IRF-M1 + 38% CDI
Fev/15	-0,06%	-0,27%	49% IMA-B5 + 39% IRF-M1 + 12% CDI
Mar/15	-0,07%	-0,31%	55% IMA-B5 + 35% IRF-M1 + 10% CDI

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

d.2) Plano de Gestão Administrativa – PGA

	V@R	Teste de Estresse	Carteira
Jan/15	0,01%	-0,05%	84,6% CDI + 15,4% IMA-B5
Fev/15	0,01%	-0,06%	84,3% CDI + 15,7% IMA-B5
Mar/15	0,01%	-0,05%	84,7% CDI + 15,3% IMA-B5

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

Os pontos de destaque em relação à rentabilidade e risco foram os seguintes:

- i. Rentabilidade Nominal: rendimento elevado no trimestre, tanto no Plano de Benefícios (PB): 3,45%, quanto no Plano de Gestão Administrativa (PGA): 3,04%;
 - i. Comparativamente ao CDI, o PB e o PGA renderam, respectivamente, o equivalente a 122,50% e a 107,94% no período;
 - ii. Em relação a outros indicadores de renda fixa e de renda variável analisados neste relatório, destacamos que apenas o IMA-B5 apresentou resultado superior no trimestre (4,36%);
 - iii. Já em comparação com os respectivos *benchmarks*, o PB apresentou rendimento equivalente a 69,33% e o PGA atingiu o patamar de 101,44%. Deve-se ressaltar que a rentabilidade do *benchmark* do PB foi de 5,02% no período, basicamente em decorrência do elevado nível de inflação corrente;
- ii. Rentabilidade Real: rendimento negativo no trimestre, tanto no PB (-0,36%) quanto no PGA (-0,76%)
 - i. Vale notar que somente o IMA-B5 (0,52%), dentre os indicadores de renda fixa e variável analisados neste relatório, superou o IPCA (3,83%) no trimestre;

⁴ Máxima perda esperada em um horizonte de tempo definido, com determinado grau de confiança, sob condições normais de mercado. No caso da Fundação, os cálculos foram realizados com a utilização de um horizonte de tempo de 1 dia útil e grau de confiança de 95%

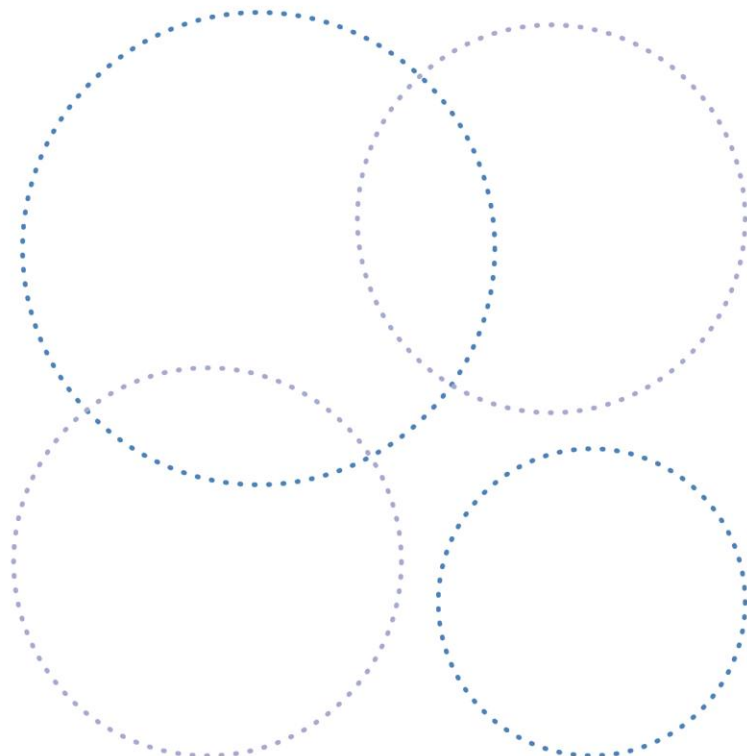
⁵ Técnica de simulação que permite avaliar o impacto de condições específicas sobre os ativos (e/ou passivos) de uma instituição. Um cenário mais adverso é criado a partir da perspectiva de eventos limite, críticos e que se situam fora da normalidade previsível. Assim, pode-se calcular uma perda esperada para cenários extremos, algo que não é possível pelo V@R

- ii. A projeção é de que, ao longo dos próximos 2 meses, tanto o PB e o PGA se recuperem frente ao IPCA, que sazonalmente é elevado no primeiro trimestre do ano, e passem a apresentar rentabilidades reais positivas no acumulado do ano e em trajetória crescente;
- iii. Volatilidade: ainda se encontram em patamares conservadores (0,56% no PB e 0,16% no PGA);
- iv. Índice de Sharpe (IS): No primeiro trimestre de 2015, tanto o PB (1,14) quanto o PGA (1,43) apresentaram indicador acima de 1, o que significa que foi gerado excesso de retorno em relação ao ativo livre de risco (CDI) em patamar superior ao aumento do risco (volatilidade) assumido;
 - i. Índice de Sharpe Modificado Generalizado (ISMG): para o Plano de Benefícios, o ISMG ficou negativo (-2,94) tendo em vista que o retorno do PB foi inferior ao seu *benchmark*. Já no caso do PGA (4,91), o ISMG vem apresentando valores expressivos neste início de ano (excesso de retorno em montante quase cinco vezes superior ao incremento do risco – comparativamente ao seu *benchmark*);
- v. Divergência Não Planejada (DNP): em relação ao PB, tanto o valor da DNP (-1,56%) quanto o seu desvio-padrão (0,284%) vêm se elevando consistentemente ao longo dos últimos meses, notadamente em função da elevada inflação verificada no período. Já no caso do PGA, a DNP encontra-se em terreno positivo (0,04%) e o desvio-padrão da DNP manteve-se praticamente constante;
- vi. Valor em Risco (V@R): para o caso do PB, o indicador encontra-se em nível comprimido e mantendo-se praticamente constante ao longo do trimestre (-0,07%). Já para o PGA, o nível do V@R é positivo (0,01%), indicando o reduzido nível de risco assumido.
- vii. Teste de Estresse: o indicador relativo ao PB encontra-se em nível aceitável (-0,31%) enquanto para o PB o nível é bastante baixo (-0,05%).

➤ **Principais indicadores financeiros apresentados:**

- ❖ **DI:** tradicional indicador de rentabilidade para aplicações de renda fixa de curtíssimo prazo (*overnight*), calculado pela CETIP. O nome oficial é DI – Depósito Interfinanceiro, embora também seja usualmente tratado como CDI.
- ❖ **IRF-M1:** subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais prefixados com prazo de até um ano. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de curto prazo.
- ❖ **IRF-M1+:** subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais prefixados com prazo superior a um ano. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de médio prazo.
- ❖ **IMA-B5:** subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais indexados ao IPCA com prazo de até cinco anos. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de médio prazo indexadas à inflação.

- ❖ IMA-B5+: subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais indexados ao IPCA com prazo superior a cinco anos. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de longo prazo indexadas à inflação.
- ❖ IBrX-50: índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA em termos de liquidez, ponderadas pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação.
- ❖ IDIV: índice composto pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA que apresentaram os maiores “dividend yields” nos últimos 24 meses anteriores à seleção da carteira.



7. CONCLUSÃO

Neste 1º trimestre de 2015, teve destaque a definição do tratamento a ser dado ao aporte a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial, consubstanciado na Lei 12.618, de 2012. A questão é de suma importância, na medida em que impacta o atingimento do ponto de equilíbrio pela Fundação.

Entre outros pontos, o aprimoramento da política interna de gestão de pessoas e de infraestrutura tecnológica é um dos objetivos estratégicos da Funpresp-Jud. Nesse sentido, foram instaladas duas comissões que proporão o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Plano Diretor de Recursos Humanos (PDRH).

Da mesma forma, espera-se implementar a Estratégia de Comunicação e Marketing com vistas a consolidar a imagem da Fundação como instituição de excelência na administração de plano de benefícios previdenciários para servidores e membros dos patrocinadores, bem como ampliar as adesões ao plano de benefícios.

